

APRESENTAÇÃO

Se a *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* fosse um periódico dedicado à conjuntura, certamente não poderia escapar, neste momento, de ter o Brasil como seu objeto maior de reflexão. Os acontecimentos que balançaram a política brasileira nos últimos meses, das eleições municipais ao indiciamento de um ex-presidente pela Polícia Federal, passando pelo fato de, pela primeira vez em nossa história de tutela pelas Forças Armadas, sete generais constarem entre os 37 indiciados por tentativa de golpe, tornariam a escolha imperativa.

Mas, como todos sabemos, a *Revista da SEP* é uma revista acadêmica, e, enquanto tal, aborda temas que em geral escapam à conjuntura, ainda que sejam fundamentais para explicá-la. E como está manifestamente consagrado em nossa orientação editorial, a *Revista* publica artigos que tomam por base diversas tendências teóricas, “desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou expressem oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais”. Sendo assim, há alguns patronos sempre presentes em nossas páginas, a exemplo de Marx e Celso Furtado, para citar dois nomes dentre os mais conhecidos.

Este número 70 faz jus ao reconhecido padrão, e ainda que não traga o Brasil por seu principal objeto, fala muito dele, direta ou indiretamente (e da América Latina também), nos ajudando a pensar as reviravoltas ora em curso. Começando por uma reflexão sobre a história do pensamento econômico, temos o artigo de Maurício Coutinho a respeito da teoria monetária de Marx. Lembra ele que, apesar de ser muito comum mencionar

os clássicos da economia política inglesa, como Smith e Ricardo, como estando presentes na base de onde partiu Marx, há muitos outros autores elencados nos três primeiros capítulos de *O Capital* que nunca são chamados à baila. Com isso se oculta o fato de que havia, do ponto de vista da teoria monetária, um rico debate que se desenrolava desde o final do século XVII na Europa sobre a questão da moeda (sua substância, seus fundamentos) do qual Marx estava plenamente ciente.

Coutinho então, depois de minucioso levantamento das referências a esses autores e a esse debate presentes nos citados capítulos, conclui que Marx se distancia de muitas das posições aí externadas porque busca afirmar sua própria visão acerca do valor e da mercadoria, de cuja revelação avança, como se sabe, para chegar à moeda (e ao dinheiro). Em outras palavras, para ele, era mais importante demonstrar a gênese lógica do dinheiro, o que permitiria a identificação do capital, de início, no plano da circulação, do que se embrenhar no debate das questões que atormentavam os contenedores dos séculos XVIII e XIX, a exemplo da taxa de juros e do *debasement* (perda de base metálica da moeda, a qual afetaria seu valor intrínseco).

O artigo de Coutinho mostra-se relevante por nos ajudar a obter uma noção mais precisa do pensamento de Marx sobre moeda e dinheiro, auxiliando assim na reflexão, por exemplo, acerca do estatuto que exhibe hoje o dinheiro mundial, atrelado, desde 1971, a uma moeda puramente fiduciária, inconvertível e emitida por um Estado nacional em específico, os Estados Unidos. É muito discutida tal questão na literatura marxista contemporânea, inclusive com algumas posições associando o dinheiro mundial ao conceito de capital fictício de Marx. Mas, seja qual for nossa posição, impossível não reconhecer o “privilégio exorbitante” de que goza o país emissor do dólar e o poder que exerce sobre a gestão econômica de outros países que não emitem moeda forte.

Aqui mesmo, em *nuestra América*, temos um caso exemplar dessa espada de Dâmocles que paira sobre a cabeça de vários países desta região periférica: a Argentina. Julio Gambina, professor da Universidade de Buenos

Aires, fundado nos conceitos de capital fictício e renda financeira, aponta, em artigo recheado de dados, inclusive sobre a América Latina em sua totalidade, a difícil situação atual da economia argentina, arcada sob o peso de sua dívida externa (e também interna) e, sobretudo, pelas imposições draconianas decorrentes de acordo assinado com o FMI em 2022. Gambina, ao final do artigo, recorda a importância da luta contra a dívida externa, a qual já completa, em nosso continente, uma triste história de pelos menos quatro décadas, luta esta que se prova ainda mais necessária em tempos de recrudescimento, pós-crise internacional de 2008, dos valores e princípios neoliberais.

Além do dinheiro e seus derivados, como o capital financeiro e o capital fictício, outro personagem central da análise marxista é o trabalho, que vai capturar o capital desta vez no plano da produção. O debate sobre a natureza dele na crítica da economia política realizada por Marx é igualmente longo e profuso, mas, certamente, um indiscutível ponto de viragem veio com a publicação, em 1993, do livro de Moishe Postone *Tempo, Trabalho e Dominação Social* (lançado no Brasil em 2014). Muito controversas, as posições de Postone são objeto de acirrados debates dentro do campo marxista, controvérsia assídua em vários números de nossa revista. Na presente edição, Paulo Henrique Furtado visita uma vez mais o livro de Postone, para, em primeiro lugar, resgatar as categorias de “trabalho determinado por mercadoria”, “totalidade” e “sujeito automático”, e, na sequência, indicar como, a partir daí, pode-se ler as críticas de Marx às insuficiências de conceitos hegelianos, como sujeito-objeto histórico e dialética.

A crítica ao marxismo tradicional, constante de livros como o de Postone, também emerge nas obras de outros autores, vários deles pertencentes à chamada Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer, Marcuse). Eminentes desde o nascimento de suas obras seminais, tais autores revelam-se decisivos para pensar o capitalismo contemporâneo, onde as formas tradicionais do trabalho posto como mercadoria (por exemplo sua negociação por meio de carteira assinada, com sindicatos fortes como suporte) vão se tornando

cada vez mais raras, ao mesmo tempo que o próprio trabalho vai ficando cada vez mais penoso e extenuante. Neste contexto, de capitalismo globalizado e dominado pelas normas neoliberais, é preciso recorrer a esses autores, que estimulam, para além do conflito canônico entre capital e trabalho, as análises sobre ideologia e o processo de reprodução dos valores associados ao mercado. Eis o ponto desenvolvido por Angela Ganem em seu artigo sobre lógica cultural e lógica de mercado. A autora procura identificar na ordem simbólica as expressões políticas, artísticas, comportamentais e psíquicas que acabam por reproduzir e reforçar a ordem do mercado capitalista e sua lógica inapelável.

A questão da ideologia também ressurge na resenha que Rafael Galvão de Almeida faz do interessantíssimo livro *Apostles of Inequality: rural poverty, political economy and The Economist, 1760-1860*, do historiador canadense Jim Handy. Segundo o resenhista, alegações como a de que tudo que o trabalhador precisa é “dar duro pra ver sua vida prosperar” dão o ar da (des)graça não só nas falas de deputados brasileiros frente à momentosa proposta da deputada Érika Hilton de reduzir a jornada de trabalho atual (olha o Brasil aí...), mas foram mobilizadas desde a origem do capitalismo, tanto por pensadores quanto pelo famoso *The Economist*, que, desde a fundação, em 1843, passou a dar voz exclusivamente a propostas afins. Segundo o resenhista, o historiador evidencia que, por exemplo, na Inglaterra, as levas de camponeses arrancados da terra e que passaram a compor a classe de trabalhadores assalariados que viabilizaram a grande indústria foram geradas não apenas pelo fim das terras comuns, mas também pelo discurso que transformou em vagabundo o outrora orgulhoso camponês, eventualmente avesso a se curvar à exploração na cidade. E os responsáveis por essa transmutação não foram apenas os apóstolos Malthus e Senior, mas também o vetusto semanário inglês.

Esse movimento de, atendendo aos imperativos da valorização do capital, transformar o honrado e ativo camponês em desclassificado encontra eco em várias outras quadras da história, tanto na mesma Inglaterra quanto no

Brasil de hoje. Como se sabe, a famigerada Margareth Thatcher, em meados dos anos 1980, não só quebrou a espinha do antes poderoso Sindicato Nacional dos Mineiros, como destruiu o orgulho daquela classe trabalhadora inglesa, tão afamada por sua história de glórias nos embates com o capital. Já no Brasil de hoje ter carteira assinada virou xingamento: a ideologia do empreendedorismo anda tão disseminada por aqui que há relatos de alunos do ensino fundamental e médio que, quando querem ofender seus professores, os chamam de “celetistas”.

E já que voltamos ao país podemos falar do último artigo do presente número, o qual propõe uma instigante análise dos ciclos da economia brasileira tal como aparecem em *Formação Econômica do Brasil* — o célebre livro de Celso Furtado. Articulando as contribuições de dois dos nossos mais altos patronos, Raquel de Azevedo busca apresentar, através dos esquemas de reprodução apresentados por Marx no Livro II de *O Capital*, a interpretação furtadiana a respeito da formação de um mercado interno na economia brasileira.

Assim, a autora vai sumariando, sob a forma de tabelas que exibem os papéis dos setores de produção de bens de produção e de produção de bens de consumo, a forma de sua articulação (ou não articulação) em cada uma das fases da economia brasileira, do ciclo do açúcar à economia cafeeira, incluindo-se a abertura que esta última promove, depois de 1930, para a incipiente e invertida (em relação aos países do capitalismo originário) industrialização brasileira. Tal análise participa de uma tese maior da pesquisadora, segundo a qual as inversões caracterizam não só o estabelecimento de uma relação efetiva entre os dois setores de produção a que se refere Marx, como também a constituição do mercado de trabalho e a própria formação do Estado nacional. Em resumo, trata-se de pensar, desde seu nascimento como apêndice do modo de produção capitalista então em construção na Europa, a formação do Brasil enquanto nação.

Não é outra igualmente a preocupação de João Antonio de Paula, em livro lançado em 2021 e resenhado por Maria Malta e Matheus Manhães.

De acordo com os resenhistas, sob o título aparentemente singelo de *O Capitalismo no Brasil* (pois ele pergunta, logo de início, por que até agora não havia aparecido um livro com tal nome), o autor convida os leitores a refletir sobre o modo como a dimensão da luta de classes, animando o problema relativo à nação, se expressa em um país vitimado pela colonização, pelo imperialismo e pelo neocolonialismo, especialmente no que concerne aos limites que tão complexa condição histórica traz à possibilidade de vida democrática em nosso país. Avisa, por isso, que não ficará restrito a contar uma história da economia brasileira, porque contar a história do capitalismo no Brasil exige resgatar a totalidade por meio da qual ele se manifesta — totalidade econômica, política e cultural, postura, como se sabe, de todos os que jogam no time da economia política e escrevem em nossas páginas.

Narrada desse ponto de vista, a história do capitalismo no Brasil também encontra uma imensa quantidade de pesquisa histórica e de reflexão no trabalho de Pedro Fonseca. Um livro em sua homenagem organizado por Ivan Colangelo Salomão e lançado em 2017 é resenhado por Carla Curty. O sugestivo título, *O Brasil em Construção: teoria, história e economia na obra de Pedro Cezar Dutra Fonseca*, alude a seu livro mais conhecido, *Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)*, talvez o mais próximo que se chegou de um título como o reclamado por João Antonio de Paula. Resultante da tese de doutorado do autor, o livro conta a história dessa construção através dos discursos de Vargas, da época de estudante de direito no Rio Grande do Sul até a carta testamento, quando de seu suicídio. Conforme a resenhista, o livro organizado por Salomão ajuda a compreender a relevância do trabalho de Pedro Fonseca, para conhecermos mais dos caminhos e descaminhos do desenvolvimento no Brasil.

Acerca dos desacertos de nossa evolução econômica e social, não resta dúvida quanto à tragédia de nosso passado escravista, de modo que a exploração dos escravizados marca toda a nossa história, passado, presente e possibilidades futuras. Assim, o estudo do racismo e de suas consequências

vem se tornando cada vez mais atuante na literatura socioeconômica brasileira. A escravização, porém, não foi fenômeno restrito ao Brasil, sem embargo de ter adquirido aqui uma dimensão magnificada. Sobre isso, Jaime León resenha o livro *Marxismo Negro: pensamento descolonizador do Caribe Anglófono*, lançado neste ano, de autoria de Daniel Montañez Pico. De acordo com o resenhista, o autor elenca uma série de autores caribenhos, praticamente desconhecidos pelos acadêmicos, que leram o capitalismo a partir da unidade indissociável entre raça e classe — leitura verdadeiramente original e seminal, a ponto de influenciar, por exemplo, a teoria do sistema-mundo de um Wallerstein. Em espírito de provocação, Daniel Montañez assevera que tamanho desconhecimento é fruto da colonialidade do poder e do saber. Não à toa o resenhista saúda o livro, sem deixar de sublinhar que, não fosse por seu recorte geográfico, ganharia muito ao incluir na análise autores brasileiros, como Lélia González e Clóvis Moura. E com isso o Brasil está, afinal, inelutavelmente, muito presente neste número. Esperamos que a leitura auxilie na compreensão de nossas permanentes dificuldades e vicissitudes para fazer deste continente, que é o nosso país, uma verdadeira nação. Agradecemos, mais uma vez, o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) que nos forneceu o decisivo apoio material para que pudesse vir a público esta edição. Ficam aqui nossos sinceros agradecimentos. Boa leitura!

Comitê Editorial